

FUNCEX

anos

de apoio ao comércio exterior brasileiro

A POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA EM TEMPOS DE BREXIT E TRUMP: HÁ ESPAÇOS PARA NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS?

DESEQUILÍBRIOS GLOBAIS EM ALTA

DESEQUILÍBRIO FISCAL, DINÂMICA DA DÍVIDA PÚBLICA E CUSTO DO ATRASO DO AJUSTE FISCAL

DEBATE SOBRE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA E AJUSTE AO COMÉRCIO



Funcex 40 anos: lições de um seminário

O seminário comemorativo dos 40 anos da FUNCEX, realizado com apoio do Banco Santander, reuniu um conjunto de especialistas, muitos associados à sua história, para uma reflexão sobre o comércio exterior brasileiro. Um resumo do debate aponta para um roteiro sobre questões essenciais.

Velhas e novas questões. Desde a fundação da FUNCEX ocorreram mudanças expressivas no comércio exterior. O Brasil de 2016 não é igual ao de 1976. Ainda assim, há uma agenda de transformação inconclusa e questões pendentes de resolução que se alastram há décadas. Neste período, o Brasil passou de um país cronicamente asfixiado pela restrição de divisas para um país com expressivas reservas internacionais; o agronegócio tornou-se eficiente e desenvolveu competências e forte vocação exportadora; a pauta exportadora aumentou e diversificou-se; empresas brasileiras passaram a investir no exterior; o comércio e a produção doméstica enfrentaram novos desafios, criaram novas oportunidades e sofreram impactos derivados da ascensão da China e do resto da Ásia.

Persistem, contudo, velhas questões: a agenda do Custo Brasil evoluiu pouco; a proteção comercial aumentou ao invés de diminuir, após a liberalização comercial promovida no início dos anos 90; cresceu também a ineficiência e não foram eliminadas muitas das distorções do sistema tributário, dois fatores que afetam sobremaneira a capacidade de o Brasil se integrar com o resto do mundo. A economia brasileira permanece fechada e o mercado externo continua sendo um elemento pouco central na estratégia de parte expressiva das empresas.

Interdependência. Há uma forte interdependência entre a agenda macroeconômica doméstica e a agenda de comércio exterior, bem como entre o cenário doméstico e o internacional. Não é possível traçar cenários prospectivos para o comércio exterior brasileiro sem examinar as políticas domésticas e destacar as incertezas que prevalecem na economia internacional.

As avaliações para o desempenho da economia brasileira no curto prazo apontam para uma recuperação lenta da atividade econômica, um papel moderado das exportações como fonte de dinamismo e a necessidade imperiosa de se enfrentar a agenda fiscal. Aprovado o teto para a expansão dos gastos públicos, a recuperação ainda depende da aprovação da reforma da previdência, da queda da inflação, do consequente aumento dos graus de liberdade para se promover reduções da taxa de juros, além de reformas microeconômicas que reforcem a competitividade. Do sucesso no enfrentamento dessas questões dependerá, em larga medida, o futuro de nosso comércio exterior. A agenda de políticas domésticas é, sem dúvida, muito pesada, mas o desafio pode ser encarado desde uma perspectiva alentadora: avanços nessa agenda serão premiados com expressivos ganhos de competitividade. E eles não dependem do cenário externo, mas fundamentalmente de nós.

O cenário internacional, por sua vez, se apresenta pouco propício, contrastando com o longo período de bonança experimentado até a eclosão da crise financeira internacional. As previsões de curto prazo apontam para um avanço lento da demanda mundial e do comércio internacional. No exame do “efeito Trump” sobre a economia brasileira prevaleceu a percepção de que as suas políticas podem contribuir para impulsionar a demanda agregada americana e reforçar a tendência de elevação da taxa de juros. Esse último efeito, ao afetar o fluxo de capitais dirigido ao Brasil traria novos desafios para a economia brasileira, podendo contribuir para reduzir a velocidade do processo de recuperação. No médio prazo, contudo, não é possível descartar alguns efeitos positivos, como a criação de oportunidades para as exportações brasileiras e a maior atratividade do Brasil para parceiros que tiveram frustradas sua aspiração de participar de acordos que não poderão não mais se concretizar. Ainda assim, prevaleceu a percepção

de que Trump representa uma fonte adicional de incertezas para a economia global, sendo que estas seriam mais elevadas nas políticas de comércio.

Negociações comerciais. Após um período marcado por baixo ativismo no desenvolvimento de acordos comerciais e de presença excessiva de agendas políticas tanto na escolha de parceiros como no grau de ambição econômica das negociações, o Brasil iniciou um processo de revisão de sua política comercial externa.

Este neoativismo, marcado também por ambiguidades, encontrou um ambiente global menos receptivo, o que torna a evolução dessa agenda mais difícil. O Brasil passou a aceitar a discussão de temas que não constavam do seu menu habitual de negociações, aprofundou acordos na América do Sul e apostou suas fichas na finalização do acordo com a União Europeia em 2018.

Um tema teve destaque nas apresentações: por que integrar? Há o reconhecimento de que a integração não é panaceia, mas também não há casos de economias que se transformaram e cresceram de forma sustentável sem se integrar à economia mundial. A principal justificativa para a integração é o aumento da produtividade, fenômeno que a experiência internacional poderá ocorrer por diversos canais: maior competição, acesso a bens de capital e bens intermediários, inovações institucionais e o *lock-in* de reformas que acompanham os processos de integração.

Face as distorções da estrutura tarifária brasileira, baixa produtividade da economia e dificuldades de se avançar nas negociações comerciais destacou-se a importância da revisão unilateral da estrutura tarifária com o objetivo de eliminar as principais distorções que afetam a produtividade e impedem o processo de transformação estrutural da economia.

Na medida em que os efeitos de processos de liberalização são assimétricos, gerando ganhadores e perdedores, destacaram-se a importância do exame de políticas que facilitem os processos de transição para pessoas e empresas.

Abertura de mercados para as empresas. Nas discussões sobre abertura de mercado sobressaíram quatro mensagens principais: a importância de as agências de promoção comercial desenvolverem iniciativas para que o País aproveite efetivamente os acordos negociados, o papel estratégico do investimento direto como promotor do comércio, a persistência de distorções tributárias, da logística, do financiamento e, com destaque, a volatilidade cambial, como obstáculos ao desenvolvimento do setor exportador.

Nessa mesa, ênfase foi dada ao papel das empresas. A atividade de internacionalização não permite improvisos e depende de planejamento estruturado de todas as etapas e fases. O *benchmarking* e a troca de experiências com empresas que passarem pela mesma experiência é fundamental para se evitar os erros mais comuns e se enfrentar, apenas, os “inevitáveis” erros novos.

Para o processo de internacionalização das empresas é igualmente importante que o País se aproxime das regras de tributação mais próximas dos padrões globais.

Mensagem final. Das diversas exposições, sobressai uma espécie de *Discurso sobre o método* para se examinar as questões de comércio exterior. O primeiro elemento é a distinção entre ruídos e tendências. Num ambiente de transformações rápidas e de excesso de informações, a distinção entre perturbações de curto prazo e tendências de longo prazo é essencial. É fundamental compreender e se concentrar nos efeitos de longo prazo. O segundo é que o

comércio exterior não está isolado da demais políticas. Elas criam oportunidades e restrições. O terceiro elemento é o fato de que a economia brasileira e internacional estão interligadas. Interpretações sobre o que ocorre no Brasil são sempre melhor iluminadas quando se examinam as relações de dependência como a economia mundial e a forma como os mesmos fatos são observados fora do País. O que parece local é muitas vezes global. O quarto, é que com as transformações em curso incertezas estarão cada vez mais na ordem do dia. É preciso desenvolver método para enfrentá-las. E introduzir, com urgência, uma prática da avaliação constante das políticas adotadas. *Last, but not least*, é essencial para o País e suas empresas planejar e reduzir o peso excessivo de improvisações de modo a aumentar a capacidade de se beneficiar da integração com a economia global.

O fortalecimento da economia doméstica, através de condições macroeconômicas equilibradas, é condição crítica para que o Brasil possa avançar e se integrar.

A presente edição da RBCE comemora 30 anos de circulação ininterrupta da Revista. É uma marca que merece ser celebrada. Muitos dos palestrantes e moderadores do “Seminário 40 anos da FUNCEX” tiveram a gentileza de aceitar nosso convite para contribuir com artigos para esta edição especial. Alguns optaram por reproduzir em suas colaborações o conteúdo de suas exposições para o Seminário. Outros preferiram elaborar artigos especialmente destinados a sua divulgação nessa edição. A todos eles manifestamos nosso sincero agradecimento, que fazemos extensivo aos instituidores e mantenedores da FUNCEX, inclusive a empresas não associadas, pelo generoso patrocínio à esta edição da RBCE.

Muito obrigado!

José Rubens de la Rosa
Presidente da FUNCEX

